

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE**, torna público para conhecimento dos interessados, o **EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO** destinado ao **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS VETERINÁRIOS DE CASTRAÇÃO DE CÃES E GATOS EM CENTRO CIRÚRGICO, NO MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS/SP**, de acordo com as exigências e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

Processo com fundamento nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 6931, de 15 de março de 2023, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações, Decreto Federal nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, Lei Municipal nº 4954 de 14 abril de 2023, portaria nº 062 de 10 de fevereiro de 2026

PERÍODO DE PROTOCOLO DE ENVELOPES: A partir do dia 27/04/2026, permanecendo em aberto por PRAZO INDETERMINADO, nos termos do Art. 79, parágrafo único, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

O presente credenciamento permanecerá **PERMANENTEMENTE ABERTO**, possibilitando o ingresso de novos interessados a qualquer tempo, desde que atendidos os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório e na legislação aplicável.

LOCAL PARA PROTOCOLO DA DOCUMENTAÇÃO

Forma física:

Departamento de Licitações – Praça Dr. Mário Lins, 150 – Centro – Jardinópolis/SP.

Forma eletrônica:

Central de Atendimento On-line, disponível no endereço:

<https://www.jardinopolis.sp.gov.br/portal/servicos/1086/central-de-atendimento-on-line/>

O Anexo I deste Chamamento Público contém as orientações necessárias para a realização do protocolo da documentação.

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto deste processo o CHAMAMENTO PÚBLICO destinado ao credenciamento de empresas para prestação de serviços médicos veterinários de castração de cães e gatos em centro cirúrgico, no município de Jardinópolis/SP, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

2. DO QUANTITATIVO E DISTRIBUIÇÃO DE DEMANDA

- 2.1. O Município de Jardinópolis pagará as empresas credenciadas, pela prestação dos serviços objeto do presente certame, os seguintes valores unitários para cada serviço:

Item	Descritivo	Quant.	Valor por procedimento
1	Serviços médico-veterinários para castrações em cães machos, (utilizando protocolo e método adequado à resolução pertinente do CRMV-SP), uso de anestesia injetável e administração de antibiótico e anti-inflamatório injetáveis compatíveis com porte, além de prescrição, orientação e distribuição e medicações para equivalentes a 5 dias posteriores ao pós-cirúrgico.	55	R\$ 346,33
2	Serviços médico-veterinários para castrações em cães machos <= 10Kg, (utilizando protocolo e método adequado à resolução pertinente do CRMV-SP), uso de anestesia inalatória e administração de antibiótico e anti-inflamatório injetáveis compatíveis com porte, além de prescrição, orientação e distribuição e medicações para equivalentes a 5 dias posteriores ao pós-cirúrgico.	30	R\$ 490,00
3	Serviços médico-veterinários para castrações em cães machos > 10Kg e <= 20Kg, (utilizando protocolo e método adequado à resolução pertinente do CRMV-SP), uso de anestesia inalatória e administração de antibiótico e anti-inflamatório injetáveis compatíveis com porte, além de prescrição, orientação e distribuição e medicações para equivalentes a 5 dias posteriores ao pós-cirúrgico.	25	R\$ 566,67
4	Serviços médico-veterinários para castrações em cães machos > 20Kg, (utilizando protocolo e método adequado à resolução pertinente do CRMV-SP), uso de anestesia inalatória e administração de antibiótico e anti-inflamatório injetáveis compatíveis com porte, além de prescrição, orientação e distribuição e medicações para equivalentes a 5 dias posteriores ao pós-cirúrgico.	20	R\$ 746,67
5	Serviços médico-veterinários para castrações em gatos machos, (utilizando protocolo e método adequado à resolução pertinente do CRMV-SP), uso de anestesia injetável e administração de antibiótico e anti-inflamatório injetáveis compatíveis com porte, além de prescrição,	125	R\$ 243,33

	orientação e distribuição e medicações para equivalentes a 5 dias posteriores ao pós-cirúrgico.			
6	Serviços médico-veterinários para castrações em gatos machos <=5Kg, (utilizando protocolo e método adequado à resolução pertinente do CRMV-SP), uso de anestesia inalatória e administração de antibiótico e anti-inflamatório injetáveis compatíveis com porte, além de prescrição, orientação e distribuição e medicações para equivalentes a 5 dias posteriores ao pós-cirúrgico.	35	R\$	423,33
7	Serviços médico-veterinários para castrações em gatos machos >5Kg, (utilizando protocolo e método adequado à resolução pertinente do CRMV-SP), uso de anestesia inalatória e administração de antibiótico e anti-inflamatório injetáveis compatíveis com porte, além de prescrição, orientação e distribuição e medicações para equivalentes a 5 dias posteriores ao pós-cirúrgico.	20	R\$	456,67
8	Serviços médico-veterinários para castrações em cães fêmeas, (utilizando protocolo e método adequado à resolução pertinente do CRMV-SP), uso de anestesia injetável e administração de antibiótico e anti-inflamatório injetáveis compatíveis com porte, além de prescrição, orientação e distribuição e medicações para equivalentes a 5 dias posteriores ao pós-cirúrgico.	120	R\$	400,00
9	Serviços médico-veterinários para castrações em cães fêmeas <= 10Kg, (utilizando protocolo e método adequado à resolução pertinente do CRMV-SP), uso de anestesia inalatória e administração de antibiótico e anti-inflamatório injetáveis compatíveis com porte, além de prescrição, orientação e distribuição e medicações para equivalentes a 5 dias posteriores ao pós-cirúrgico.	45	R\$	520,00
10	Serviços médico-veterinários para castrações em cães fêmeas > 10Kg e <= 20Kg, (utilizando protocolo e método adequado à resolução pertinente do CRMV-SP), uso de anestesia inalatória e administração de antibiótico e anti-inflamatório injetáveis compatíveis com porte, além de prescrição, orientação e distribuição e medicações para equivalentes a 5 dias posteriores ao pós-cirúrgico.	35	R\$	620,00
11	Serviços médico-veterinários para castrações em cães fêmeas > 20Kg, (utilizando protocolo e método adequado à resolução pertinente do CRMV-SP), uso de anestesia inalatória e administração de antibiótico e anti-inflamatório injetáveis compatíveis com porte, além de prescrição, orientação e distribuição e medicações para equivalentes a 5 dias posteriores ao pós-cirúrgico.	30	R\$	800,00
12	Serviços médico-veterinários para castrações em gatos fêmeas, (utilizando protocolo e método adequado à resolução pertinente do CRMV-SP), uso de anestesia injetável e administração de antibiótico e anti-inflamatório injetáveis compatíveis com porte, além de prescrição, orientação e distribuição e medicações para equivalentes a 5 dias posteriores ao pós-cirúrgico.	160	R\$	256,67

13	Serviços médico-veterinários para castrações em gatos fêmeas <=5Kg, (utilizando protocolo e método adequado à resolução pertinente do CRMV-SP), uso de anestesia inalatória e administração de antibiótico e anti-inflamatório injetáveis compatíveis com porte, além de prescrição, orientação e distribuição e medicações para equivalentes a 5 dias posteriores ao pós-cirúrgico.	70	R\$	446,67
14	Serviços médico-veterinários para castrações em gatos fêmeas >5Kg, (utilizando protocolo e método adequado à resolução pertinente do CRMV-SP), uso de anestesia inalatória e administração de antibiótico e anti-inflamatório injetáveis compatíveis com porte, além de prescrição, orientação e distribuição e medicações para equivalentes a 5 dias posteriores ao pós-cirúrgico.	30	R\$	480,00

- 2.2. Os valores estimados para os serviços credenciados serão reajustados **ANUALMENTE**, sempre no primeiro dia de cada exercício financeiro, com base na variação do IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro das contratações.
- 2.3. As quantidades previstas neste edital referem-se exclusivamente ao período correspondente ao exercício de 2026, sendo renovadas no início de cada novo exercício.
- 2.4. A demanda será executada de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, sendo que os quantitativos previstos possuem caráter estimativo, limitados ao exercício financeiro vigente, com possibilidade de renovação nos exercícios subsequentes.
- 2.5. A distribuição da demanda observará critérios distintos, conforme a localização da clínica credenciada, em razão da natureza do atendimento e da forma de acesso pelo usuário, conforme especificado no item 5 deste Edital.
- 2.6. Os serviços destinam-se a tutores ou protetores independentes, maiores de 18 anos de idade, residentes no Município de Jardinópolis/SP.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E IMPEDIMENTOS

- 3.1. Poderão participar do presente credenciamento pessoas jurídicas que desenvolvam atividades compatíveis com o objeto deste Edital, desde que atendam às condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 3.2. **Não poderão participar do presente credenciamento:**
- Pessoa Jurídica que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - Pessoa Jurídica que se encontre, ao tempo do credenciamento, impossibilitada

- de participar do credenciamento em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- c) Pessoa Jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - d) Pessoa Jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - e) Pessoas Jurídicas cujo representante legal seja agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante
 - f) Pessoas Jurídicas que se enquadrem nas hipóteses de conflito de interesses previstas no §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego.
 - g) Pessoa Física
- 3.3. A empresa interessada no credenciamento deverá possuir estabelecimento físico adequado para a prestação dos serviços localizado no Município de Jardinópolis/SP, devidamente regularizado perante os órgãos competentes.
- 3.3.1. A responsabilidade pelo deslocamento do animal até o local de prestação dos serviços, será de inteira responsabilidade do tutor, não cabendo à Administração Pública qualquer ônus ou encargo relacionado ao transporte.
- 3.4. Poderão participar do credenciamento clínicas veterinárias situadas fora do Município de Jardinópolis/SP, desde que localizadas dentro de um raio máximo de até 25 (vinte e cinco) quilômetros da sede do Município, e devidamente regularizado perante os órgãos competentes.
- 3.4.1. Nos casos de atendimento fora do Município, a escolha da clínica e a responsabilidade pelo deslocamento do animal serão de inteira responsabilidade do tutor, não cabendo à Administração qualquer ônus

relacionado ao transporte.

- 3.4.2. Excepcionalmente, na hipótese de não haver clínicas credenciadas sediadas no Município de Jardinópolis/SP, a Administração poderá assumir a responsabilidade pelo transporte dos animais até as clínicas credenciadas localizadas fora do Município, observados os critérios de conveniência e oportunidade.
- 3.4.3. A responsabilidade pelo transporte por parte da Administração Pública será restrita exclusivamente a essa situação excepcional, não se aplicando nos casos em que houver disponibilidade de atendimento por clínicas credenciadas no âmbito do Município.

4. CRITÉRIO PARA DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

- 3.5. A demanda será executada de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, sendo que os quantitativos previstos possuem caráter estimativo, limitados ao exercício financeiro vigente, com possibilidade de renovação nos exercícios subsequentes.
- 3.6. A distribuição da demanda observará critérios distintos, conforme a localização da clínica credenciada, em razão da natureza do atendimento e da forma de acesso pelo usuário.

Para as clínicas sediadas no Município de Jardinópolis

- 3.7. A distribuição dos atendimentos será realizada de forma igualitária, mediante sistema de rodízio, garantindo a divisão equilibrada da demanda entre os credenciados, em observância aos princípios da isonomia, impessoalidade e eficiência.
- 3.8. O rodízio será operacionalizado de modo a assegurar que todos os prestadores recebam quantitativos equivalentes de encaminhamentos ao longo da execução contratual, sendo a distribuição realizada por procedimento, independentemente do valor individual de cada atendimento.
- 3.9. Na hipótese de impossibilidade de atendimento pela credenciada designada, devidamente justificada, o encaminhamento será direcionado à próxima credenciada da sequência, sem prejuízo da manutenção da ordem do rodízio.

Para as clínicas localizadas fora do Município

- 3.10. Não se aplicará o sistema de rodízio, sendo facultado ao tutor do animal a livre escolha

da clínica credenciada, hipótese em que a responsabilidade pelo deslocamento do animal até o local de atendimento será integralmente do tutor, não cabendo à Administração qualquer ônus ou encargo.

- 3.11. A adoção de critérios distintos justifica-se pela necessidade de garantir eficiência na gestão da demanda local, bem como pela inexistência de logística pública de transporte de animais, assegurando, simultaneamente, a ampliação do acesso ao serviço por meio da rede credenciada.
- 3.12. Os atendimentos realizados por clínicas situadas fora do Município não impactam a ordem do rodízio das clínicas locais, mantendo-se a equidade na distribuição entre estas

5. DO PROTOCOLO

- 5.1. Os interessados em participar do presente credenciamento deverão protocolar a documentação exigida no item 6 deste edital, podendo fazê-lo de forma presencial ou eletrônica.
- 5.2. A documentação exigida neste Chamamento Público deverá ser protocolada conforme uma das modalidades abaixo:

Forma física

Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Jardinópolis, localizado na Praça Dr. Mário Lins, nº 150 – Centro – Jardinópolis/SP, no horário de atendimento das 09h às 15h, em dias úteis.

Forma eletrônica:

Por meio da Central de Atendimento On-line, disponível no endereço eletrônico:

<https://www.jardinopolis.sp.gov.br/portal/servicos/1086/central-de-atendimento-on-line/>

com atendimento disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia.

O Anexo I deste Chamamento Público contém as orientações detalhadas para a correta realização do protocolo da documentação, devendo os interessados observá-las integralmente.

6. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1. Para credenciamento/habilitação dos participantes no presente processo, faz-se necessária a apresentação da seguinte documentação:

6.1.1. Habilitação Jurídica

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;
- b) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor¹, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
- f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

6.1.2. Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social,

¹ **NOTA EXPLICATIVA:** O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.

mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal referente ao ramo de atividade do objeto licitado, relativa ao domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante, que deverá ser comprovada através da apresentação de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Município;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor.

6.1.3. Econômico Financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos documentos;

No caso de empresa em recuperação judicial será aceita certidão positiva, desde que acompanhada do Plano de Recuperação, devidamente homologado pelo juízo, em vigência, e que demonstre a capacidade de atendimento das exigências para a comprovação econômico-financeira previstas no edital;

No caso de sociedade civil, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

6.1.4. Qualificação técnica

- a) Registro da Clínica Veterinária e/ou Hospital Veterinário junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (Certificado de Regularidade)
- b) Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados

e disponíveis para a realização do objeto deste credenciamento, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, nos termos do artigo 67, inciso III da Lei nº 14.133/21

6.1.5. Declarações

Declaração, subscrita por seu representante legal, de que:

- a) Os procedimentos anestésicos e cirúrgicos deverão ser realizados exclusivamente por médicos veterinários conforme previsto na legislação vigente;
- b) O ambiente para os procedimentos será constituído de área física adequada, inclusive para o pré-operatório, antissepsia e paramentação, transoperatório, pós-operatório, lavagem e esterilização de materiais.
- c) Utilizará métodos que garantam a preservação do meio ambiente, tais como geração, classificação, armazenamento, tratamento, coleta e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados pela atividade, de acordo com a legislação federal, estadual e/ou municipal vigente.
- d) Os profissionais atenderão ao disposto na Resolução CRMV-SP nº 1.753 DE 16 de outubro de 2008, que aprova o Regulamento Técnico Profissional destinado ao Médico Veterinário e ao Zootecnista que desempenham a função de Responsável Técnico junto a estabelecimentos que exercem atividades atribuídas à área da Medicina Veterinária e da Zootecnia e demais disposições legais.
- e) As instalações e os procedimentos deverão ser realizados ainda em conformidade com o previsto no Decreto 40.400 de 24 de outubro de 1995, Resolução CRMV 962 de 27 de agosto de 2010, Resolução 2750 de 14 de março de 2018, Resolução 2579 de 14 de setembro de 2016 e Resolução CRMV 1015, de 09 de novembro de 2012 e atualizações, se houver, que prevê as condições para o funcionamento dos estabelecimentos médico-veterinários que optarem pela realização de procedimentos cirúrgicos
- f) A empresa está em conformidade com a Resolução CRMV 1015, de 09 de novembro de 2012, ao disponibilizar todos os aparelhos, instrumentais, materiais, medicamentos e equipamentos necessários para os procedimentos: pré-operatório, antissepsia, paramentação, transoperatório, lavagem e

- esterilização de materiais e pós-operatório.
- g) Que dispõe dos medicamentos inerentes aos procedimentos de esterilização e os medicamentos para casos de urgência e emergência, incluindo antialérgicos, anti-hemorragicos, entre outros, sem ônus para a Prefeitura, devidamente registrados no Ministério da Saúde.
 - h) Dispõe de EPI's para os seus funcionários e os materiais para o descarte adequado dos resíduos.
 - i) Possui médico veterinário Responsável Técnico pelos procedimentos e que atenderá ao disposto na Resolução CRMVSP Nº 1753 de 16 de outubro de 2008.
 - j) Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
 - k) Enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
 - l) Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;
 - m) Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;
 - n) Cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;
 - o) Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - p) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - q) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - r) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021; e
- 6.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

- 6.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos, inclusive no que se refere às certidões.
- 6.4. Todas as declarações assinadas pelos proponentes deverão observar a necessidade de comprovar serem seus subscritores representantes legais da empresa, caso tais comprovações já não tenham sido apresentadas anteriormente neste processo licitatório.
- 6.5. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais.
- 6.6. Os documentos necessários ao credenciamento deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou cópia acompanhada do original para autenticação por servidor público do Setor de Licitações, após o que o original será devolvido.
- 6.7. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será declarado apto para ser credenciado

7. DO RESULTADO PRELIMINAR

- 7.1. O resultado preliminar contendo a relação dos credenciados será divulgado no Diário Oficial do Município de Jardinópolis, disponível no endereço eletrônico:
www.imprensaoficialmunicipal.com.br/jardinopolis
- 7.2. A partir da data de publicação do resultado preliminar, iniciar-se-á o prazo para interposição de recurso, nos termos estabelecidos neste Edital.

8. DO RECURSO

- 8.1. Após a divulgação do resultado preliminar, o interessado poderá interpor recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de sua publicação.
- 8.2. Os documentos solicitados deverão ser apresentados exclusivamente de forma eletrônica, por meio da Central de Atendimento On-line, disponível no endereço:
<https://www.jardinopolis.sp.gov.br/portal/servicos/1086/central-de-atendimento-on-line/>
- 8.2.1. O Anexo I deste Chamamento Público contém as orientações necessárias para a

realização do protocolo da documentação.

O campo descrição deverá conter, minimamente:

Intenção de recurso

Nome:

CNPJ:

- 8.3. A Comissão responsável pelo credenciamento terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para análise e decisão do recurso.
- 8.4. Caso a decisão não seja reconsiderada pela Comissão, o recurso será encaminhado à autoridade superior, que deverá proferir decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.5. O resultado da análise dos recursos será publicado no Diário Oficial do Município.
- 8.6. A ausência de interposição de recurso no prazo estabelecido implicará a preclusão do direito de recorrer.

9. DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO

- 9.1.1. **O credenciado** terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o TERMO DE CREDENCIAMENTO cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser **prorrogado uma vez**, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
 - 9.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - 9.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. Administração disponibilizará acesso ao sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis (<https://1doc.com.br/>) ou em caso de dificuldade será disponibilizado outro meio eletrônico para prosseguimento da assinatura.
 - 9.3.1. Os endereços de e-mail informados serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
 - 9.3.2. O Aceite do termo de credenciamento, emitido ao credenciado, implica o reconhecimento

de que a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

Microempresas e as empresas de pequeno porte

- 9.4. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 9.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.6. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei no 14.133 de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 9.7. O prazo de contratação será de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do respectivo documento, podendo ser prorrogado por igual período.
- 9.8. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 9.9. O prazo de vigência do TERMO DE CREDENCIAMENTO será contado da data de sua assinatura e vigorará até 31/12/2026, podendo ser prorrogado caso haja interesse da Administração Pública, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. DOS PRAZOS

Etapa	DESCRIÇÃO DA ETAPA	Datas
1	Publicação do Edital de Chamamento Público	27/04/2026
2	Envio das inscrições pelas interessadas	27/04/2026
3	Avaliação das propostas/habilitação	Até 03 dias contados da apresentação da

		documentação
4	Divulgação da decisão sobre o redenciamento	Imediatamente após avaliação
5	Interposição de recursos a decisão, pelos que desejarem	3 dias úteis após a divulgação do credenciamento
6	Análise dos recursos	3 dias úteis, contado do recebimento dos autos.
7	Análise dos recursos pela autoridade superior, quando for o caso.	10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
8	Publicação dos credenciados	Imediatamente após transcorrido os prazos
9	Convocação para assinatura do instrumento contratual	Em 5 dias úteis contados da convocação

- 10.1. Os prazos estabelecidos neste cronograma serão contados em dias úteis, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento.
- 10.2. Os prazos poderão ser alterados em razão da demanda, devendo os interessados acompanharem o andamento através da Imprensa Oficial do Município

11. IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o referido edital por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, através do e-mail: credenciamento@jardinopolis.sp.gov.br.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail constante neste Edital ou endereço eletrônico da disputa.
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 11.7. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições

previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta do termo de credenciamento.

12. DO PAGAMENTO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 12.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.
- 12.2. A remuneração pelos serviços prestados referidos neste Edital será conforme tabela constante em Edital.
- 12.3. Após o término de cada período mensal, a Credenciada elaborará relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços efetivamente realizados.
- 12.4. No primeiro dia útil subsequente ao mês em que foram prestados os serviços, a Credenciada entregará relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados.
- 12.5. O Contratante solicitará à Credenciada, na hipótese de incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da Nota Fiscal.
- 12.6. O recebimento provisório da medição deverá ser entregue à fiscalização que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do final do mês para sua conferência e processamento.
- 12.7. A medição não aprovada pela fiscalização será devolvida à CREDENCIADA para as necessárias correções com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no item anterior, a partir da data de sua apresentação.
- 12.8. A devolução da medição não aprovada pela fiscalização, em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CREDENCIADA suspenda a execução dos serviços.
- 12.9. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados.
- 12.10. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, bem como da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a qual poderá ser constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, o Contratante atestará a medição, comunicando a Credenciada, no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e autorizando a emissão da correspondente Nota Fiscal.
- 12.11. O pagamento será efetuado em **10 (dez) dias corridos** contados da autorização/aprovação do responsável pela gestão do contrato.
- 12.12. O Município de Jardinópolis/SP efetuará a retenção dos impostos eventualmente incidentes sobre o valor do bem/serviço, conforme previsto e na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e suas posteriores alterações.

- 12.13. Caberá à Contratada destacar na Nota Fiscal os tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem/serviço objeto do Edital, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e suas posteriores alterações.
- 12.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.15. Em caso de devolução da nota fiscal/fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
- 12.16. Previamente à emissão de nota de empenho, a Administração deverá realizar consulta ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.
- 12.17. O pagamento será efetuado via eletrônica, somente as segundas e quartas-feiras, e será realizado no horário bancário.
- 12.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em conformidade com a legislação de regência.
- 12.19. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante.
- 12.20. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para o fato, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas: $EM = I \times N \times VP$ Sendo: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira.

13. HIPÓTESES DE DESCRENCIAMENTO;

Anulação e revogação

- 13.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.
- 13.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos [art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 13.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

Descredenciamento

- 13.4. O órgão ou a entidade credenciante poderá realizar o descredenciamento quando houver:
- a) pedido formalizado pelo credenciado;
 - b) perda das condições de habilitação do credenciado;
 - c) descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
 - d) sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.
- 13.5. O pedido de descredenciamento de que trata a alínea “a” não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.
- 13.6. Nas hipóteses previstas das alíneas “b” e “c”, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.
- 13.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.
- 13.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

14. SANÇÕES APLICÁVEIS

- 14.1. Com fundamento no artigo 156 da Lei n. 14.133/2021, cumulativamente ou não com multa aplicada em razão de qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei n. 14.133/2021, a licitante:
- 15.1.1. Ficará impedida de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Jardinópolis/SP, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:
- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, nos prazos estabelecidos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - d) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.
- 15.2. Será declarada inidônea para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações:
- a) Aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o município de Jardinópolis/SP, quando se justificar imposição de penalidade mais grave;
 - b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - c) Fraudar a licitação;
 - d) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - e) Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Código Penal (Decreto-Lei n. 2.848/1940).
 - f) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 15.3. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos arts. 157 a 161 da Lei n. 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 15.4. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Processo, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao sistema utilizado para a licitação.
- 15.4.1. A contratada deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao sistema e confirmar o recebimento de mensagens provenientes da Administração Municipal de Jardinópolis - SP, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

- 15.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.3. As normas disciplinadoras do credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.4. Os interessados assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.8. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.jardinopolis.sp.gov.br
- 15.9. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- a) Manual de Protocolo (ANEXO I)
 - b) Minuta Contratual (ANEXO II)
 - c) Termo de ciência e de notificação (ANEXO III);
 - d) Termo de Referência (ANEXO IV)

Caio Luis Rueda Furlan
Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente
Portaria nº 014, de 02 de janeiro de 2025

v



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1E9B-2A4C-5AFC-EDBF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CAIO LUÍS RUEDA FURLAN (CPF 368.XXX.XXX-16) em 24/04/2026 16:48:24 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://jardinopolis.1doc.com.br/verificacao/1E9B-2A4C-5AFC-EDBF>